

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COGEAE – COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO,
APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO
Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa

ADRIANA MANOLIO

Serões Gramaticais: a gramática “científica” de
Ernesto Carneiro Ribeiro e suas concepções linguísticas

São Paulo

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COGEAE – COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO,
APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO
Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa

ADRIANA MANOLIO

*Serões Gramaticais: a gramática “científica” de
Ernesto Carneiro Ribeiro e suas concepções linguísticas*

Trabalho de Conclusão de curso *Lato Sensu*
apresentado como exigência parcial para
obtenção do título de Especialista em Língua
Portuguesa pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, sob a orientação da
Professora Doutora Leonor Lopes Fávero.

São Paulo

2016

À minha mãe, em memória, e ao meu pai

AGRADECIMENTOS

À orientadora Professora Doutora Leonor Lopes Fávero, por sua atenção e dedicação.

Aos professores do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, pelas contribuições para minha formação.

Às colegas do curso Jerusa Ramon Grassmann, Pérola Benitez e Renata de Falchi, pelo companheirismo e incondicional apoio nesta jornada.

Às amigas Christina, Débora, Mariana e Smara, por estarem sempre ao meu lado.

Ao meu querido Rafael, pela paciência e pelo carinho nesta caminhada.

"The most difficult step in the study of language is the first step."

Leonard Bloomfield

RESUMO

Esta monografia situa-se na linha de pesquisa da História das Ideias Linguísticas e tem como objeto a análise da obra *Serões Gramaticais*, de Ernesto Carneiro Ribeiro. O objetivo principal deste estudo é verificar em que medida o autor, ao produzir sua gramática, aderiu aos preceitos teóricos do método histórico-comparativo, surgido na Europa, durante o século XIX. Traça-se inicialmente uma breve introdução dos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, prosseguindo com a descrição do momento histórico desse período, seguida de uma apresentação das principais concepções linguísticas que inspiraram as gramáticas “científicas”. Após a investigação do Prólogo e da Introdução da terceira edição da obra, os resultados mostram que Carneiro Ribeiro foi, de fato, influenciado pelas novas correntes linguísticas, mas sem abandonar completamente as tradições das gramáticas filosóficas.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas. Ernesto Carneiro Ribeiro. *Serões Gramaticais*. Gramática “científica”.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 7 |
| 1 A História das Ideias Linguísticas | 9 |
| 1.1 <i>A conceito de História e a École des Annales</i> | 9 |
| 1.2 <i>A História das Mentalidades e das Ideias Linguísticas</i> | 11 |
| 1.3 <i>O processo de gramatização</i> | 14 |
| 1.4 <i>A gramatização no Brasil</i> | 15 |
| 2 O contexto histórico no final do século XIX e início do século XX | 19 |
| 2.1 <i>O contexto mundial</i> | 19 |
| 2.2 <i>O contexto brasileiro</i> | 20 |
| 2.3 <i>As polêmicas na imprensa na segunda metade do século XIX até o primeiro quartel do XX</i> | 24 |
| 2.3.1 <i>A polêmica sobre A Confederação dos Tamoios, 1856</i> | 25 |
| 2.3.2 <i>A polêmica de José de Alencar com Joaquim Nabuco, 1875</i> | 25 |
| 2.3.3 <i>A polêmica entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco, 1879</i> | 26 |
| 2.3.4 <i>A polêmica de Júlio Ribeiro com Padre Sena de Freitas, 1888</i> | 26 |
| 2.3.5 <i>A polêmica a respeito de Machado de Assis, 1897-1899</i> | 27 |
| 2.3.6 <i>A célebre polêmica gramatical sobre o Código Civil, 1902</i> | 27 |
| 3 As concepções linguísticas no século XIX | 29 |
| 3.1 <i>Gramática geral e filosófica</i> | 29 |
| 3.2 <i>Gramática “científica”</i> | 31 |
| 3.2.1 <i>Friedrich von Schlegel (1772 – 1829)</i> | 33 |
| 3.2.2 <i>Franz Bopp (1791 – 1867)</i> | 33 |
| 3.2.3 <i>Jacob Grimm (1785 – 1863)</i> | 34 |
| 3.2.4 <i>Friedrich Diez (1794 – 1876)</i> | 34 |
| 3.2.5 <i>August Schleicher (1821 – 1868)</i> | 35 |
| 4 Análise do prólogo e da introdução dos Serões Gramaticais | 37 |
| 4.1 <i>O autor</i> | 37 |
| 4.2 <i>A obra</i> | 39 |
| 4.2.1 <i>Prólogo</i> | 39 |
| 4.2.2 <i>Introdução</i> | 44 |
| Conclusão | 50 |
| Referências | 52 |

Introdução

Este trabalho concentra-se na área da História das Ideias Linguísticas e pretende analisar a gramática *Serões Gramaticais* do médico e intelectual baiano Ernesto Carneiro Ribeiro (ECR), que viveu de 1839 a 1920. Nesse período, destacam-se as polêmicas entre os intelectuais da época em torno da “Língua Nacional”, que se estenderiam até a década de 1930. Outro fator marcante desse período foi o surgimento das chamadas Gramáticas “Científicas”, que se opunham às Gramáticas Filosóficas.

O final do século XIX e início do século XX caracterizaram-se por profundas mudanças sociais que afetaram, diretamente, a educação, redundando numa reforma educacional que levou à produção de vários compêndios gramaticais para fins didáticos principalmente.

O ambiente cultural brasileiro desse período foi marcado por discussões públicas em torno de questões da linguagem, seus padrões cultos e eruditos. A polêmica linguística travada entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a redação do Código Civil Brasileiro é um caso que ilustra com perfeição o espírito desse período. Entre réplicas e trélicas, o motivo do confronto é o que se destaca: ECR defendia que Rui Barbosa escrevia “[...] seus textos com linguagem empolada, repleta de ademanos não condizentes com a natureza do texto (que deveria ser claro), com a época e, sobretudo, com a “nossa” sintaxe, já distante da lusitana e já identificadora de um povo.” (RICCIARDI, 2004, p. 124)

É a defesa dessa visão contrária à concepção de purismo linguístico vigente na época, ligado à tradição lusitana, que chamou à atenção e definiu a escolha do tema para a realização deste estudo. Esta será uma oportunidade de adquirir conhecimentos sobre este representativo período da história brasileira, caracterizado pelo surgimento da República e pela defesa da língua nacional.

Os pressupostos teóricos para o desenvolvimento desta pesquisa levarão em conta os princípios da História das Ideias Linguísticas. Nas palavras de Auroux (2009, p. 126), a gramática é um instrumento linguístico que aumenta e muda a capacidade dos sujeitos linguísticos, e não uma simples representação da atividade de linguagem dos homens: “uma língua ‘gramatizada’ é uma língua instrumentada

que dispõe de referências e normas.” Auroux (2009, p. 127) observa também que a gramática não esgota a prática da linguagem, pois a única realidade que conta é a comunicação entre os indivíduos humanos, ressaltando que “as relações de comunicação só podem se efetuar na base de *competências linguísticas*, isto é, de aptidões atestadas por suas realizações.”

Objetiva-se neste estudo entender a concepção de língua presente na obra *Serões Gramaticais*, bem como investigar em qual medida a gramática de Ernesto Carneiro Ribeiro representa uma adesão do autor aos preceitos do método histórico-comparativo que serviram de base para a produção das gramáticas “científicas”. Pretende-se, especificamente, realizar levantamento bibliográfico das concepções linguísticas vigentes na época e verificar se a obra estudada adota ou se afasta delas.

Esta pesquisa compõe-se de quatro partes: a primeira tratará da fundamentação teórica que servirá de base para a análise; a segunda apresentará uma breve contextualização histórica do período em que a obra foi lançada, com destaque para as principais querelas sobre a língua portuguesa ocorridas nessa época. Esses aspectos históricos são relevantes na medida em que têm relação com a visão que Ernesto Carneiro Ribeiro assume quanto ao ensino de língua e à concepção de gramática. A terceira parte introduzirá as concepções e os principais teóricos do método histórico-comparativo; enfim, no quarto capítulo será realizada a análise da obra, para tentarmos demonstrar se ela adota ou não os princípios gramaticais de sua época.

É importante destacar que este trabalho, longe da pretensão de esgotar assunto tão extenso, ficará restrito a analisar o Prólogo e a Introdução da 3ª edição da obra, editada em 1919, última edição revisada pelo próprio autor.

Dessa forma, espera-se, afinal, contribuir para o aprofundamento da compreensão do processo de produção do conhecimento no campo da história das ideias linguísticas, em especial, na concepção gramatical.

1 A História das Ideias Linguísticas

Este capítulo trata da fundamentação teórica da análise objeto deste trabalho, apresentando, assim, as questões pertinentes à História das Ideias Linguísticas, disciplina resultante da interdisciplinaridade entre a História e a Linguística.

O conceito de História das Ideias Linguísticas é apresentado por Fávero e Molina (2006, p. 18) como “parte da história cultural cujo principal objeto é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler [...]” e revela esse entrelaçamento entre as disciplinas.

De acordo com Auroux (2009, p.31), “As grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela procedem.” Para o autor, todo saber é um produto histórico, ou seja, é resultante da interação das tradições e do contexto (idem, p. 14).

1.1 A conceito de História e a *École des Annales*

Segundo Fávero e Molina (2006, p. 13), há inúmeras conceituações para o termo *História*, mas, no senso comum, “é compreendido como conjunto de eventos e fatos que compõem o passado humano, reconstruídos por meio de procedimentos específicos”.

No final do século XIX e início do século XX, influenciados pelo cientificismo, alguns estudiosos começam a repensar os limites da disciplina. Hobsbawm (1997, p. 392) relata que, nesse período, o desenvolvimento das ciências sociais foi revolucionário, especialmente “a descoberta da história como um processo de evolução lógica, e não simplesmente como uma sucessão cronológica de acontecimentos.”

Em 1929, Lucien Febvre e Marc Block, juntos, na Universidade de Estrasburgo, fundam *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em paralelo com a criação da *École des Annales*, que será responsável por uma mudança substancial

na compreensão da história. Eles propõem a renovação do estudo histórico como disciplina, aproximando a História de outras disciplinas e “defendendo a necessidade de uma história total, ou seja, capaz de estudar, simultaneamente, o econômico, o social e o cultural.” (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 19-20)

Para essa renovação, aponta Silva (2014, p.25), os fundadores da *École* entendiam que era necessário:

1. fazer com que a história deixasse de ser um empilhamento de narrativas de acontecimentos e se realizasse em torno de uma história-problema;
2. fazer uma história de todas as atividades humanas e não apenas da história política;
3. fazer com que outras áreas viessem colaborar com a ampla abertura temática a que se propunham.

Na história da *École des Annales*, segundo Rodrigues (2014, p. 20), houve três gerações que:

[...], apesar de divergirem em algumas concepções com o passar do tempo e com a mudança dos dirigentes, marcaram a chamada *École des Annales* e tornaram-na o grande marco na implantação da *Nova História* na França.

A constatação da necessidade de uma mudança radical na compreensão da História caracterizou a primeira geração da *École des Annales*. Entre 1929 e 1946, essa geração foi responsável por conquistar mudanças significativas no tocante ao modo de pensar, de pesquisar e de registrar a história, sendo o ponto de partida para a chamada *revolução francesa de historiografia* (RODRIGUES, 2014, p. 20)

Seus fundadores defendiam que a História deveria desprender-se do modelo antigo, da mera descrição factual, propondo um diálogo e uma interpretação com vários aspectos sociais:

História ciência do Homem, e então os fatos, sim: mas os fatos humanos; tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram,

e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas ideias, para os interpretar. (FEBVRE *apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 21)

A *Era Braudel*, segunda geração da *École des Annales*, que durou de 1946 a 1968, caracterizou-se por situar a História em três escalões (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 21):

1. na superfície: história dos acontecimentos, tempo curto;
2. na meia encosta: história conjuntural, ritmo mais lento;
3. na profundidade: história de longa duração.

A última geração dos *Annales*, cujos principais representantes foram Le Goff, Le Roy e Chartier, a partir de 1968, centrou-se nas mentalidades, nas vidas cotidianas, ampliando o conceito de fonte ao utilizar documentos psicológicos, arqueológicos, orais, religiosos. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 21) Conforme Le Goff (*apud* RODRIGUES, 2014, p. 30):

[...] o conceito das mentalidades pode ser trabalhado sob o recorte social das mentalidades, defendendo que a mentalidade coletiva pode ser apreciada diante desse recorte; diante do domínio de crenças e atitudes comuns a toda sociedade; e ainda quanto ao tempo das mentalidades – representado pelo tempo braudeliano de longa duração, a mente muda lentamente.

O elemento unificador das três gerações é a ênfase na interdisciplinaridade, na análise de fatos advindos de várias áreas, construindo uma história-problema, com foco na interpretação dos dados e na busca de esclarecimento dos porquês (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 22).

1.2 A História das Mentalidades e das Ideias Linguísticas

A *História das Mentalidades* tem seu nascimento ligado ao surgimento do novo olhar sobre a História impresso pelo grupo criador dos *Annales*. Nas palavras de Fávero e Molina (2006, p. 23):

[...], construindo-se e aplicando-se cada vez mais novos objetos a novos campos, a História busca identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, interpretada e deixada para a posteridade. Nesse sentido, é necessário pensar essa *história* como um trabalho de *representação*, isto é, como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse.

A noção de mentalidade passou a ser compreendida como sendo a particular do indivíduo e a que ele tem em comum com outros homens, formando um mental coletivo de uma época, as ideias. Entendendo que a verdadeira matéria da História é a história do homem em relação ao seu meio, o século XX viu frutificar a *História das Ideias*, aproximando-se, assim, da Linguística. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 23-24)

Com efeito, não faltam trabalhos consagrados à história dos conhecimentos linguísticos desde o início do século XIX, como afirma Auroux (2009, p. 11), que podem ser classificados em três categorias:

i) os que visam constituir uma base documentária para a pesquisa empírica; ii) os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam (por exemplo, trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a lógica grega); iii) os que têm um papel fundador, queremos dizer, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

Auroux (2009, p. 12) assinala, ainda, que:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber.

Nas palavras de Auroux (*apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 24), uma ideia linguística “é todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explícita.”

Nessa linha, toda a tradição gramatical é uma parte das ideias linguísticas e a História das Ideias Linguísticas, disciplina jovem e abrangente, como afirmam Fávero e Molina (2006, p. 26), permite o estudo não somente das antigas gramáticas, mas de qualquer saber fundado na ciência linguística, além de contemplar o estudo das instituições onde tais saberes eram discutidos, por exemplo, no século XIX.

Ao pensar o trabalho do historiador das ideias linguísticas, Orlandi (2013a, p. 16) procura mostrar como o estudo sobre a história da língua e seu conhecimento podem contribuir para explicar as ideias que constituem a sociedade e a história política da época e que nos acompanham ao longo de nossa história.

Na visão de Orlandi (2013a, p. 17):

[...], a história das ideias linguísticas inclui o político e põe a questão da ética, uma vez que esta trata do modo como funcionam os princípios que fundamentam a vida social. Como pensamos o processo de produção do conhecimento e não meramente seus produtos, a questão do saber adquire o sentido de uma prática que deixa resultados na história do homem. [...], a história das ideias é inseparável da ética e da política, trazendo para a atualidade a perspectiva dessa reflexão, pensando o lugar do conhecimento na sociedade atual e o político como constitutivo da própria produção da língua nacional.

Quanto ao método, segundo Fávero e Molina (2006, p. 26-28), a principal tarefa do pesquisador da História das Ideias Linguísticas é fazer o levantamento do maior número possível de fontes para sua análise, deparando-se com inúmeras dificuldades, entre as quais:

1ª) exaustividade – os conceitos, as leis e teorias não são apreendidas pelo historiador de forma abstrata, devem ser percebidos em uma unidade histórica anterior, isto é, em um horizonte de retrospectão e de projeção;

2ª) busca de fontes – há a dificuldade de acesso à documentação e de seleção do material;

3ª) estudo da documentação – os documentos devem ser interpretados no seio em que foram criados; existe a questão da distância espaço-temporal entre o cenário em

que foram produzidos os documentos e o contexto em que se produz o estudo; o historiador da linguagem é um homem de hoje que deverá inserir-se naquela sociedade retratada, empenhando-se em recriar o clima histórico; as personagens que produziram as obras objeto de análise já eram mediadores entre esse objeto e a cultura do seu tempo.

Concluindo, as autoras afirmam que:

Vencidos esses obstáculos, [...] o estudioso da História das Ideias Linguísticas, mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da Linguística atual. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 29)

1.3 O processo de gramatização

No campo do desenvolvimento das concepções linguísticas europeias, afirma Auroux (2009, p. 35), a gramatização foi um processo único, a segunda revolução técnico-linguística após o advento da escrita, com consequências práticas consideráveis para a organização das sociedades humanas. De acordo com o autor, ao final do século XIX, “a gramática torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las.”

Por gramatização, segundo Auroux (*apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 46), “deve-se entender o processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber linguístico: a gramática e o dicionário.”

Sobre o conceito de gramatização apresentado por Auroux, Silva (2014, p. 32) analisa que:

Desse ponto vista, a gramática e o dicionário não são vistos como simples descrições da linguagem natural. São concebidos, também, como *instrumentos linguísticos*. O aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas.

O processo de gramatização das línguas aconteceu, conforme ensina Auroux (*apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 47), a partir da Europa, com a fragmentação do Império Romano, cuja passagem para segunda língua favoreceu seu aprendizado nas escolas. Além do papel do latim, outros fatores que contribuíram para a gramatização foram o surgimento da imprensa – proporcionando grande circulação de textos – e as grandes descobertas – favorecendo a divulgação de relatos de viagem e fazendo os cidadãos perceberem a necessidade de assegurar um padrão linguístico no território dominado.

1.4 A gramatização no Brasil

No tocante à gramatização no Brasil, Fávero e Molina (2006, p. 27) descrevem as gramáticas brasileiras do final do século XIX como:

[...] obras de uma fase de transição nos estudos linguísticos brasileiros, o momento de instauração do nosso período científico. Na época, o mundo intelectual era influenciado por inúmeras correntes científico-filosóficas, vindas principalmente da Europa. Nossos estudiosos, no contato com essas teorias, muitas vezes reviam seus conceitos e pareceres a respeito da língua, obrigando-se a reeditar seus compêndios com definições e até exemplos, atendendo a essas novas concepções.

Quanto às diversas propostas que já foram elaboradas a respeito da periodização do processo de gramatização no Brasil, as autoras observam a complexidade que comporta a tentativa de partição e classificação de qualquer área do saber.

As diversas propostas de periodização dos estudos filológicos do Brasil são esquematizadas por Silva (2014, p. 43) conforme segue:

ANTENOR NASCENTES *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939

4 períodos:

1º período: **embrionário** (de orientação lusitana) – começa com a cultura brasileira e vai até 1835, publicação do *Compendio da gramática da língua nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja;

2º período: **empírico** – vai de 1835 até 1881, data da publicação da gramática de Júlio Ribeiro;

3º período: **gramatical** – vai de 1881 até 1939, data da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

SILVIO ELIA

Ensaio de Filologia e Linguística, São Paulo: Cultrix, 1975

2 grandes períodos:

Vernaculista: de 1820 (independência política) até 1880, data da publicação da gramática de Júlio Ribeiro – caracteriza-se por contradições entre as preocupações puristas e nova geração.

Científico: de 1880 até 1960 – composto de duas fases:

1ª fase – 1880 a 1900 – transição; implantação do Programa de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II; representantes: Júlio Ribeiro e João Ribeiro.

2ª fase – 1900 a 1960 – dividida em 3 gerações:

1ª geração: 1900 a 1920 – contrária à base normativa. Representantes: Pacheco Júnior, Said Ali e Otoniel Mota.

2ª geração: 1920 a 1940 – base filológica. Representantes: Augusto Magne, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, José Oiticica, Clóvis Monteiro, Silva Ramos e Sílvio de Almeida.

3ª geração: 1940 a 1960 – transição entre o autodidatismo e a formação universitária. Representantes: Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, Rocha Lima, Evanildo Bechara, Celso Cunha e Adriano da Gama Cury.

EDUARDO GUIMARÃES *Língua e Cidadania*, Campinas: Pontes, 1996

4 períodos:

1º período: **início** – descobrimento até a metade do século XIX; polêmicas e inexistência de estudos sobre a língua portuguesa falada no país.

2º período: **brasileirismos**, a publicação da gramática de Júlio Ribeiro (1881) e a fundação da ABL (1897) – aparecimento de estudos e a escritura de inúmeras gramáticas.

3º período: **final dos anos 30 do século XX até meados de 60 do mesmo século** – Linguística passa a ser disciplina obrigatória nos cursos de Letras, Acordo Ortográfico de 1943 e elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

4º período: **de 1965 até os momentos hodiernos** – multiplicidade de linhas de pesquisa.

AZEVEDO FILHO

Congresso Internacional de Lexicografia e Literatura do Mundo Lusófono, 2000

5 momentos:

1º momento: século XVI – estudo inicial das línguas indígenas em contato com o português. Representante: José de Anchieta, *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*.

2º momento: período de imitação da gramática portuguesa – séculos XVII e XVIII. Representante: Antônio de Moraes Silva.

3º momento: período purista e de diferenciação idiomática (1835 – Coruja até 1881 – Júlio Ribeiro)

4º momento: período vernaculista e de evolucionismo linguístico. Representante: Júlio Ribeiro. Corresponde à gramatização.

5º momento: período filológico e linguístico – compreendendo o século XX e baseado nas pesquisas dos fatos da língua no texto de bons autores.

RICARDO CAVALIERE *Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil*, Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa, nº 23, Rio de Janeiro, 2002

Heterogênea e baseada em dois fatores: fonte teórica e obras representativas – 3 períodos

Embrionário: das origens até 1802 (*Epitome da Grammatica Portugueza*, de Antônio de Moraes Silva)

Racionalista: de 1802 a 1881. Representante: Sotero dos Reis.

Científico: dividida em

Fundadora (1881 a 1920). Na fase *fundadora*, observa-se ampla produção de compêndios de língua vernácula dedicados aos estudos etimológicos (Maximino Maciel e Alfredo Gomes, entre outros, representam essa fase).

Legatária (1920 a 1941). Na fase *legatária*, observa-se a preocupação dos autores com o *fato* em língua vernácula. O autor a denominou de linguística (1941 até os momentos hodiernos) e a dividiu em mais 2 fases:

Estruturalista (1941 a 1980). Representante: Mattoso Câmara.

Diversificada (1980 até nossos dias): várias linhas de pesquisa.

Da análise dessas propostas de periodização, verificou-se “que praticamente todos os estudiosos sugerem uma bipartição do século XIX, tomando, como divisora de águas, a *Grammatica de Lingua Portugueza* de Júlio Ribeiro.” (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 51) As autoras apontam que as gramáticas anteriores à de Júlio Ribeiro eram realizadas sob orientação da gramática geral e filosófica; após a dele, surgem as publicações produzidas sob orientação das correntes “científicas”.

Segundo Orlandi (2013a, p. 166), Júlio Ribeiro é reconhecido por assumir a posição de gramático em que o conhecimento linguístico ultrapassa o aspecto normativo (saber linguístico) e aparece como um autor que legitima a língua portuguesa no Brasil:

Júlio Ribeiro é um parâmetro da ruptura com a tradição gramatical portuguesa, parâmetro de citação que irrompe no Brasil do século XIX (com sua independência, e a República) no domínio gramatical.

Esse período, ainda, foi marcado por longos e ruidosos debates para defender posições literárias e políticas, conforme Ventura (*apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 25) assinala:

[...], a partir de meados do século XIX, sob forte influência evolucionista, estudiosos costumavam publicar seus trabalhos em periódicos para, além de divulgá-los, expô-los à crítica e à apreciação de outros intelectuais, já que, segundo os princípios de tal doutrina, a crítica seria um elemento *refinador* da inteligência: *O debate traria a evolução da literatura e do pensamento, promovendo a sua seleção e depuração.*

Essas inúmeras discussões sobre a questão da Língua Portuguesa, destacam Fávero e Molina (2006, p. 26), forneceram importante subsídio para a compreensão do nosso saber linguístico. Assim, o contexto histórico e o panorama dessas discussões ocorridas nesse período serão objeto do próximo capítulo.

2 O contexto histórico no final do século XIX e início do século XX

Será apresentado neste capítulo o contexto histórico em que está inserida a produção dos *Serões Gramaticais*, cuja primeira edição data de 1890 e a terceira edição, objeto de análise deste trabalho, de 1919. Como objeto cultural de sua época, para a compreensão das concepções linguísticas vigentes neste período e para a análise da gramática, é essencial traçar um panorama e entender as mudanças que afetaram o mundo e o Brasil durante essas décadas.

2.1 O contexto mundial

No século XIX, ocorrem grandes transformações nos campos tecnológico, social, político e cultural. De acordo com Hobsbawm (1996, p. 50), após as revoluções de 1848 na Europa, a classe média, o liberalismo, a democracia política, o nacionalismo e as classes trabalhadoras passaram a ser presenças permanentes no cenário mundial. Nas palavras do historiador:

O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que se sucederam a 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, [...]. Uma economia assim baseada [...] deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material mas também de crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana, de avanço das ciências e das artes, em suma, um mundo de contínuo progresso material e moral. (p. 19)

O resultado, na literatura e nas artes, dessas transformações que abalaram esse período foi o Romantismo, que surge como resposta ao descontentamento em relação ao tipo de sociedade que surgia: “o mundo burguês era profunda e deliberadamente anti-social” e a obsessão dos românticos “era a recuperação da unidade perdida entre o homem e a natureza.” (HOBBSAWM, 1977, p. 364)

Segundo Hobsbawm (1977, p. 368):

Entre os românticos de todas as tendências se admitia sem discussão que o “povo” – o camponês ou o artesão pré-industrial – exemplificavam todas as virtudes incontaminadas e que sua língua, canções, lendas e costumes se constituíam no verdadeiro repositório da alma do povo.

Para os românticos, de acordo ainda com Hobsbawm (1977, p. 369), “um dicionário, uma gramática ou uma coletânea de canções folclóricas era um acontecimento de vital importância política”.

Nesse contexto, nos estudos linguísticos, surge a Linguística Histórica com o início da gramática comparada. Fundada pelo alemão Franz Bopp, a Linguística Comparada preconizava que é o povo quem faz a língua, constituindo-se um dos elementos que caracterizam uma nação:

No auge da crença liberal no progresso, parecia que a maioria das ciências sociais – etnografia/antropologia, filologia/linguística, sociologia e diversas escolas importantes de economia – partilhava um quadro básico de pesquisa e teoria com as ciências naturais, o evolucionismo. (Hobsbawm, 1996, p. 372)

2.2 O contexto brasileiro

Conforme afirma Fávero (inédito)¹:

No Brasil, não foi diferente. As ideias do liberalismo ganhavam, paulatinamente, espaço e mudavam a forma de se ver e sentir o mundo, influenciando a sociedade em todos os aspectos e fazendo com que os intelectuais começassem a produzir obras diferentes daquelas lançadas à luz do racionalismo clássico, valorizando agora a natureza, o campo, fazendo emergir o sentimento de nacionalidade.

¹ FÁVERO, Leonor L. **O século XIX e as primeiras manifestações sobre a língua falada no Brasil**, a ser editado pela Educ, 2016.

O Brasil torna-se independente e ganha sua primeira Constituição em 1824, surgindo uma nação em busca de escrever sua própria história (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 32).

Segundo Silva Dias (2005 *apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 32), “o brasileiro do início do século era formado em universidades europeias, possuindo então uma mentalidade racionalista, de fé nos conhecimentos científicos.” Os livros, na maioria, eram importados de Portugal, pois aqui só se imprimiam periódicos ou se traduziam compêndios para auxiliar nas escolas.

Em 1827, é determinada em lei a criação das escolas de primeiras letras. São criadas, ainda, as primeiras faculdades de Direito: a Faculdade de Direito de São Paulo (1827) e de Olinda/Recife (1828). Conforme analisa Fausto (2007, p. 237), a fundação dessas faculdades foi o passo mais importante para a formação da elite brasileira, pois dela saíram os bacharéis que viriam a formar o núcleo dos quadros políticos brasileiros.

Entretanto, um enorme abismo separava a elite letrada da grande massa de analfabetos e de pessoas com educação rudimentar: em 1872, ano do primeiro recenseamento geral da nação, o índice de analfabetos atingia 99,9% entre os escravos e 80% entre a população livre.

O Brasil era eminentemente masculino, cuja sociedade era marcada pelo tradicionalismo e conservadorismo, com sua base na zona rural, sendo os donos da terra os senhores locais. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 33) De acordo com Costa (2007, p. 264), o patriarcalismo brasileiro e o domínio das oligarquias sobreviveram ao século XIX.

Analisando o comportamento dos nossos intelectuais, Costa (2007, p. 265) afirma que “inebriavam-se com a literatura europeia, as modas europeias, fossem elas filosóficas ou políticas”, criticavam o latifúndio, a escravidão, preconizavam métodos de ensino mais modernos, no entanto, continuavam na dependência das oligarquias.

Diante dessas características particulares do país, o Romantismo ganha aspectos peculiares no Brasil. O pensar e o agir do homem romântico eram pautados, principalmente, em duas vertentes históricas: o nacionalismo e o liberalismo (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 34).

Na busca por diferenciar-se de Portugal, o sentimento de nacionalidade é evocado por autores como Gonçalves Dias e José de Alencar, que exaltam nossas florestas e os índios como elementos que nos diferenciam da pátria-mãe. Quanto ao liberalismo, o romântico era reformador, questionando a realidade e ambicionando modificar o mundo. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 35)

Ventura (1991, p. 13) afirma que, tendo como referência o debate romântico sobre os fundamentos da literatura e da cultura brasileira, em oposição ao passado colonial, foram introduzidos, a partir de 1870, os paradigmas do cientificismo, positivismo, evolucionismo e naturalismo. Com as concepções literárias e científicas de base naturalista, o ideário antiabsolutista e antiescravista se difundiram no Brasil durante o último terço do século XIX.

Ocorre uma tentativa de idolatria da língua portuguesa falada no Brasil, recusando-se o modelo linguístico português. Porém, houve pouca ou nenhuma mudança efetiva em nossos meios gramaticais e o estudo da Gramática da Língua Portuguesa era bastante exíguo (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 35-36).

Somente em meados do século, D. Pedro II, inspirado nesses ideais românticos, preocupado com estudos em geral e com o desenvolvimento cultural do Brasil, propõe a criação de gramáticas e dicionários de Língua Portuguesa.

Nesse momento, alguns estudiosos buscaram nas obras românticas brasileiras justificativas para validar as novas regras do português do Brasil, procurando marcar uma suposta superioridade de nossa língua, afirmando “ser ela fruto da evolução da falada em Portugal.” (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 36)

De acordo com Schwarcz, (1998 *apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 38), “o romantismo no Brasil não foi apenas um projeto estético, mas também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo.” O nacionalismo traduziu-se no indianismo exacerbado, e as ideias do liberalismo influenciaram a liberdade da escravidão e a eclosão do movimento republicano. O regime monárquico passa a ser visto como modelo de atraso, de aculturação e de dependência.

Proclamada a República, o novo regime, entretanto, apresentou poucas transformações em relação ao período imperial: prosseguiram as disparidades sociais, a escola era para poucos e a população continuava a seguir os costumes europeus. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 38)

Nessa época, a modernidade era um objetivo e a educação, um meio de a conseguir. Os líderes da 1ª República adotam a ideia de educação para todos, da luta contra o analfabetismo, da valorização da língua e da cultura nacional. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 39)

Somado a essa inspiração de educação nacional, o modelo educacional europeu da escola ativa, baseado na atividade prática, cientificamente provada, auxilia a difundir o papel formador de caráter da instituição escolar, que deveria tornar os jovens cidadãos. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 40)

Para tanto, era necessário reorganizar o material didático. Desde meados do século XIX, havia uma preocupação com a seleção dos conteúdos a serem ministrados. Esses conteúdos estavam diretamente ligados aos programas dos exames determinados pelo Colégio Pedro II, os quais eram difundidos para as poucas escolas oficiais brasileiras.

No final do século XIX e início do século XX, o país procurava tornar-se uma nação iluminada por propostas educacionais baseadas nos ideais positivistas como “escola para todos”, “progredir ou desaparecer” e “vitalizar pela educação e pela higiene”. Apesar das inúmeras tentativas de reformar a instrução pública, a sociedade brasileira pouco havia se modificado, continuando a existir um grande número de iletrados, denegrindo assim esses ideais republicanos. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p.42)

Na questão linguística, destaca-se a formulação do Programa de Ensino por Fausto Barreto, destinado a uniformizar os estudos em todo o território nacional, como a principal causa da gramatização brasileira (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 45). Opondo-se às obras de embasamento puramente filosófico, as novas gramáticas propunham-se analisar a língua como organismo, como fenômeno natural.

A primeira gramática brasileira a comparar a língua com as espécies vivas, que nascem, crescem, desenvolvem-se e morrem, foi a *Grammatica de Lingua Portuguesa*, de Júlio Ribeiro. Conforme afirma Orlandi (2013a, p. 153), Júlio Ribeiro é uma figura emblemática, pelas suas qualidades intelectuais e sua contemporaneidade ao pensamento linguístico, e “nos coloca no campo da reflexão geral sobre a língua”.

2.3 *As polêmicas na imprensa na segunda metade do século XIX até o primeiro quartel do XX*

O papel das polêmicas literárias e gramaticais da segunda metade do século XIX até o primeiro quartel do XX foram, conforme analisa Fávero (inédito), uma importante forma de revelar o forte sentimento de brasilidade que aquele momento histórico impunha, bem como são relevantes instrumentos de conhecimento e construção do Brasil.

A origem da paixão brasileira pela polêmica é lusitana, segundo Bueno e Ermakoff (2005, p. 11), sendo a passagem do século XIX para o século XX o período áureo desses duelos, “apreciada mais pelos meios do que pelos fins, despertando uma atenção quase esportiva por parte dos leitores”.

Como afirma Ventura (1991, p. 79), as polêmicas se arrastavam por anos:

Polêmicas surgidas de questões secundárias se desviavam para debates de erudição e defesas da honra, em que o desafiante buscava provar sua “superioridade” sobre o oponente. Nada mais natural do que o privilégio da “luta de ideais” entre intelectuais sob o impacto das leis da evolução. Discutia-se tanto a origem das raças e o conhecimento de línguas estrangeiras, quanto a doutrina eclesiástica, minúcias gramaticais e até o gênero do substantivo *arquitrave*.

Fávero (inédito) assinala, também, que essas “querelas faziam com que os estudiosos – objeto das críticas – aprofundassem seus saberes linguísticos, obrigados que se sentiam em formular suas réplicas e, por vezes, tréplicas solidamente justificadas.”

Além disso, ressalta Fávero (inédito), “por meio dessas discussões, pode-se pontuar a evolução das concepções acerca da língua, em paralelo à evolução do pensamento científico”. Exemplifica Orlandi (2013a, p. 167), com o caso da *Gramática Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira, enriquecida na parte dos exemplos (clássicos modernos) pela polêmica de Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro.

Bueno e Ermakoff (2005, p. 13) apontam que o momento inaugural das polêmicas no Brasil é a publicação, em 1856, das oito *Cartas sobre a Confederação*

dos *Tamoios*. A seguir, com base na obra *Duelos no Serpentário*, de Bueno & Ermakoff, serão apresentadas algumas das principais querelas do período, a fim de esboçar um panorama do contexto intelectual do período no Brasil.

2.3.1 A POLÊMICA SOBRE A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS, 1856

O poema épico *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães, publicado em 1856, é considerado o marco inicial do Romantismo brasileiro, “um marco, menos literário que social, pelo entusiasmo e patrocínio que lhe outorgou o jovem imperador D. Pedro II” (BUENO; ERMAKOFF, 2005, p. 17).

José de Alencar, sob o pseudônimo “Ig”, publica no *Diário do Rio de Janeiro* as *Cartas sobre a Confederação*, dando origem a uma das mais famosas polêmicas do Brasil. Criticando da concepção à métrica, do tom à estrutura, as cartas representaram uma plataforma de sua personalidade literária e o lançamento da ideia do indianismo.

Essa polêmica envolveu diversos nomes como os de Araújo Porto-Alegre, D. Pedro II, Gonçalves Dias, Varnhagen, Frei Francisco de Monte Alverne, Pinheiro Guimarães, e mobilizou os leitores da então Corte.

Segundo Ventura (1991, p. 78), Alencar se projetou ao criticar a forma épica adotada por Gonçalves de Magalhães, “pregando a prosa indianista que lançaria com *O guarani* (1857).”

2.3.2 A POLÊMICA DE JOSÉ DE ALENCAR COM JOAQUIM NABUCO, 1875

O motivo inicial da polêmica foi a peça *O jesuíta*, de José de Alencar, atacada por Joaquim Nabuco por atribuir a Independência do Brasil à Companhia de Jesus. Tratava-se do embate, na verdade, de dois tipos humanos inconciliáveis sob aspectos políticos, literários, pessoais: Nabuco, abolicionista, aristocrata, filho de famoso senador do Império, com sólida formação europeia; Alencar, conservador, reacionário, inimigo da Lei do Ventre Livre.

Ambos os contendores escreviam no mesmo jornal, *O Globo*, da Corte, facilitando o acompanhamento entusiasmado dos leitores. O eixo da polêmica foi se deslocando paulatinamente do literário para o político, até Alencar abandoná-lo de vez, escrevendo uma nota intitulada “Sem resposta”.

Ao final, o sólido prestígio conquistado por Alencar manteve-se intacto, ao mesmo tempo que o nome do jovem pernambucano Nabuco recebera uma boa dose de atenção dos leitores.

2.3.3 A POLÊMICA ENTRE CARLOS DE LAET E CAMILO CASTELO BRANCO, 1879

Considerado mestre máximo do gênero, Camilo Castelo Branco foi um representante português nas polêmicas brasileiras do final do século XIX. A fama do autor já era imensa na época, especialmente por seu espírito sarcástico de polemista.

A polêmica foi iniciada com a publicação do *Cancioneiro alegre*, em 1879, antologia em que comentava criticamente poetas do momento no Brasil e em Portugal. Castelo Branco usou o escárnio para criticar possíveis erros de sintaxe e solecismos em poema de Fagundes Varela, considerado um dos nossos maiores românticos.

A atitude do autor lusitano de ironia pelos brasileiros, um desprezo pouco disfarçado pelo Império do outro lado do Atlântico como se não passasse de território extraviado, levantou a reação de Carlos Maximiliano Pimenta de Laet. Futuro nome lendário do jornalismo combativo brasileiro, monarquista, homem de grande cultura, foi polemista até a morte na década de 1920.

O jovem Carlos de Laet, com ironia notável e erudição bem fundada, dissecou a gigantesca obra de Castelo Branco em busca dos mesmos solecismos e desvios de sintaxe apontados pelo autor lusitano em Varela.

Conhecido pelo prazer sádico em desmoralizar seus adversários, Camilo Castelo Branco guardou certa postura defensiva durante a polêmica, motivo de glória para o jovem jornalista. Uma das polêmicas mais célebres da época, no Brasil, foi publicada pela *Revista Brasileira* e pelo *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro.

2.3.4 A POLÊMICA DE JÚLIO RIBEIRO COM PADRE SENA DE FREITAS, 1888

Representante do Naturalismo brasileiro, Júlio Ribeiro imortalizou-se na literatura nacional pelo seu romance *A carne*, de 1888. Além de romancista, jornalista e gramático, seu talento verbal encontrou o ápice ao travar uma polêmica com o Padre Sena Freitas a respeito do seu romance.

Ribeiro notabilizou-se por sua firmeza de caráter, aliando um alto censo de honra a uma verve agressiva espantosa. O lusitano Padre Freitas, com uma reputação garantida por um prefácio de Camilo Castelo Branco em um de seus livros, chegou ao Brasil, na província de São Paulo, e foi recebido como um amigo por Júlio Ribeiro.

No entanto, o padre português reage contra a obra – considerada quase pornográfica durante gerações – e decide escrever um artigo injurioso intitulado *A carniça*, dando margem à resposta de Júlio Ribeiro em *O urubu Sena Freitas*. Assim, nasceu uma das mais famosas polêmicas da literatura brasileira.

2.3.5 A POLÊMICA A RESPEITO DE MACHADO DE ASSIS, 1897-1899

Em 1888, iniciam-se os ataques de Sílvio Romero contra Machado de Assis, marcando o começo do belicismo verbal do que será o mais constante polemista nacional, considerado o patrono dos estudos literários no Brasil.

O crítico sergipano publica, em 1897, o seu *Machado de Assis, estudo comparativo de Literatura Brasileira*, em que prossegue criticando o autor carioca. Machado de Assis não respondeu aos ataques, mas foi defendido, dois anos depois, por Lafayette Rodrigues Pereira – seu futuro sucessor na Academia Brasileira de Letras. Sob o pseudônimo de Labieno, publicou *Vindicae, o Sr. Sílvio Romero crítico e filósofo*.

As atividades de polemista de Sílvio Romero prosseguirão, ainda, atacando o livro de Teófilo Braga, *A pátria portuguesa*; contra José Veríssimo no livro intitulado *Zeveirissimações ineptas da crítica*; contra Laudelino Freire, no volume *Minhas contradições*.

2.3.6 A CÉLEBRE POLÊMICA GRAMATICAL SOBRE O CÓDIGO CIVIL, 1902

A maior polêmica gramatical e filológica da história brasileira teve início em 1902. A missão de redigir o Código Civil brasileiro havia sido entregue a Clovis Bevilacqua e sua redação foi violentamente atacada por Rui Barbosa, valendo-se da sua notória cultura filológica e linguística.

O filólogo baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, ex-professor de Rui Barbosa, autor dos *Serões Gramaticais*, responde aos ataques de Rui Barbosa. Desse

embate, nasceu a gigantesca *Réplica*, monumento de exibição gramatical e jurídica, com discussões infundáveis e apelos aos clássicos para legitimar suas posições.

O resultado final dessa polêmica foi o Brasil ter ficado até 1916 sem um Código Civil devidamente aprovado.

Nesse contexto, conclui-se que todos esses debates descritos neste Capítulo serviram para reafirmar a crescente importância que a língua obteve como instrumento de identidade cultural do Brasil, fruto do momento histórico da jovem república brasileira. Fávero (inédito) afirma que por meio dessas discussões também “pode-se pontuar a evolução das concepções acerca da língua, em paralelo à evolução do pensamento científico”.

Dessa forma, o próximo capítulo tratará das concepções linguísticas que surgiram ao longo do século XIX na Europa, especialmente nos estudos dos teóricos alemães, e que serviram de inspiração para os estudiosos da gramática no Brasil.

3 As concepções linguísticas no século XIX

Este capítulo destina-se a apresentar o referencial teórico dos modelos linguísticos surgidos ao longo do século XIX. Esse período em que foi produzida a obra *Serões Gramaticais* foi marcado pela introdução de novas concepções no estudo da linguagem.

Para tanto, será exposta, inicialmente, uma breve visão das chamadas gramáticas gerais ou filosóficas, que surgiram no século XVII e dominaram os estudos de línguas até o advento das correntes linguísticas que deram origem às gramáticas histórico-comparativas no século XIX.

Em seguida, serão estudados os principais teóricos dessa vertente de estudos linguísticos que influenciaram o surgimento das gramáticas “científicas”. De origem europeia, as novas concepções linguísticas influenciaram fortemente a produção gramatical no Brasil ao final do século, incluindo-se a obra de Carneiro Ribeiro.

3.1 Gramática geral e filosófica

O surgimento das gramáticas gerais remonta ao século XVII. Nesse período, o racionalismo marca profundamente os estudos da linguagem, conforme descreve Orlandi (2013b, p. 11):

Os pensadores da época [séc. XVII] concentram-se em estudar a linguagem enquanto representação do pensamento e procuram mostrar que as línguas obedecem a princípios racionais, lógicos. Esses princípios, dizem eles, regem *todas* as línguas. A partir desses princípios, definem a linguagem em geral e tratam as diferentes línguas como casos particulares. Produzem assim as chamadas gramáticas gerais e racionais.

Esses estudiosos buscavam atingir a *língua ideal*, prossegue explicando Orlandi (2013b, p. 12), que seria uma “língua universal, lógica, sem equívocos”. O modelo gramatical que marca esse período é a *Gramática de Port-Royal*, também

chamada de *Gramática geral e racional*, escrita em 1690 pelos franceses Claude Lancelot e Antoine Arnaud.

Até o início da década de 1870, de acordo com Cavaliere (2014, p. 30), “o pensamento gramatical brasileiro atrelava-se aos cânones racionalistas de Port-Royal, com subordinação do fato linguístico ao conceito lógico-filosófico.” O autor adverte que o termo “gramática filosófica” nem sempre expressava o ideário do racionalismo predominante e, por vezes, significava “algo assemelhado a ‘gramática geral’, no sentido de dedicar-se não propriamente ao estudo de uma língua determinada, mas à investigação da linguagem humana *lato sensu*.”

Segundo a proposta de periodização de Cavaliere (2012), apresentada no Capítulo I deste trabalho, o chamado período racionalista (1802 – 1881) constitui o marco inaugural da produção intelectual genuinamente brasileira na área dos estudos da linguagem, período em que os manuais sobre a língua vernácula seguem as teses da escola racionalista herdadas da *Gramática de Port-Royal*. (CAVALIERE, 2014, p. 50) As gramáticas produzidas sob a orientação racionalista buscavam reconhecer na língua os princípios gerais presentes na concepção da razão humana. Afirma Cavaliere:

O aparato doutrinário da gramática racionalista, como sabemos, partia de uma concepção da língua como fruto da capacidade humana de erigir o raciocínio lógico, razão por que o estudioso não hesitava em aplicar na descrição do fenômeno linguístico as leis que regulavam a estrutura do raciocínio. Essa abordagem, contudo, elevava-se da premissa de que se o homem detém a primazia da arquitetura racional e se semelhante atributo era comum aos homens em geral, então haver-se-ia de compreender a língua – fruto da razão – igualmente dotada de elementos universais. (2014, p. 51)

Fávero e Molina (2006, p. 55) observam que os autores das gramáticas desse período não tratavam de nenhum conteúdo específico relativo à Língua Portuguesa falada no Brasil, e qualquer expressão que não seguisse os modelos da língua ditados por Portugal era considerada um vício de linguagem – “brasileirismo”.

Conforme ressalta Cavaliere (2015, p. 52), os parâmetros da gramática filosófica no Brasil foram extremamente atenuados pela pouca perspectiva doutrinária de nossos gramáticos, cujos textos pautavam-se em excessiva inclinação

normativa, traduzida em uma postura do bem escrever seguindo os cânones da literatura portuguesa.

3.2 Gramática “científica”

É a partir da influência dos estudos histórico-comparativos desenvolvidos na Europa que surge a nova vertente da gramática “científica” no Brasil. Nas palavras de Cavaliere (2014, p. 31):

O traço de modernidade que distingue a nova ordem reside na descrição da língua com foco sobre o fato concreto, ou, como se costumava dizer, sobre a “matéria linguística”, em detrimento da especulação meramente conceitual. Em outros termos, rompia-se com o mentalismo severo da escola racionalista, para ingressar-se com entusiasmo no empirismo envolvente que as ciências naturais tanto fizeram disseminar já nas primeiras décadas do século XIX.

Hobsbawm (1997, p. 392) destaca que, nesse período, o desenvolvimento das ciências sociais foi revolucionário, especialmente “a descoberta da história como um processo de evolução lógica, e não simplesmente como uma sucessão cronológica de acontecimentos.” Um dos efeitos dessa inserção da história nas ciências sociais foi o desenvolvimento da filologia:

Nas mãos de grandes eruditos alemães, principalmente, como Franz Bopp (1791 – 1867) e os irmãos Grimm, tornou-se a segunda ciência social propriamente dita, isto é, a segunda a descobrir leis genéricas aplicáveis a um campo aparentemente tão caprichoso como o da comunicação humana (a primeira foi a economia política). Porém, contrariamente às leis da economia política, as da filologia eram fundamentalmente históricas, ou melhor, evolutivas. Seu fundamento foi a descoberta de que uma vasta série de idiomas, os indo-europeus, se relacionavam uns com os outros; ao que se acrescentou o fato evidente de que toda língua européia escrita tinha sido completamente transformada com o decorrer dos séculos e presumivelmente ainda estava sofrendo modificações. O problema não se constituía simplesmente em provar e classificar estas

relações mediante comparação científica, [...] Era também, e principalmente, elucidar sua evolução histórica a partir do que deveria ter sido um ancestral comum. (HOBSBAWM, 1977, 394)

Ensinam Paveau e Sarfati (2012, p. 8) que a gramática comparativa (GC) designa dois momentos distintos ao longo do século XIX (1810 – 1875). A princípio, consistia em estabelecer os laços de parentesco existentes entre dois ou mais idiomas distantes no tempo e no espaço. Somente a partir de 1860, aproximadamente, a GC inclina-se para linguística histórica, com um propósito explícito de reconstituir em detalhes o intervalo e as linhas de evolução, inacessíveis, que ligam em uma relação de dependência (ou de “filiação”) uma língua B – atual ou tardia – a uma língua A que é cronologicamente e culturalmente anterior.

O início da GC é atribuído à “descoberta” do sânscrito por eruditos e tradutores ingleses no final do século XVIII, que apresentaram afinidades nas raízes tanto de verbos quanto de formas gramáticas do sânscrito, do latim e do grego. Seus estudos concluíram que essas afinidades não derivavam de simples coincidência, mas que estas línguas seriam derivadas de uma origem comum.

Partindo da constatação dessa aproximação entre o sânscrito, o latim e o grego, de acordo com Paveau e Sarfati (2012, p.10), os primeiros estudiosos do comparativismo desenvolveram a hipótese da existência de um parentesco entre numerosas línguas europeias, segundo as seguintes perspectivas:

- as línguas (da Índia à Escandinávia) procederiam por herança de transformações de uma mesma língua-tronco (o indo-europeu) desconhecida mas acessível pela reconstituição;
- a possibilidade, por meio da comparação de seus elementos gramaticais (daí a denominação gramática comparada), de estabelecer correspondências formais entre essas línguas, ou mesmo de restaurar os detalhes de sua evolução (segundo o esquema: língua mãe/ grandes línguas/ famílias de línguas).

Após esta breve apresentação das linhas gerais das gramáticas histórico-comparativas, serão destacados, a seguir, os principais teóricos que contribuíram para a constituição do arcabouço teórico desse período.

3.2.1 FRIEDRICH VON SCHLEGEL (1772 – 1829)

No início do século XIX, Friedrich von Schlegel publicou o primeiro grande livro que chamou a atenção dos estudiosos europeus para a Índia e sua antiga língua [...], *Sobre a língua e filosofia dos hindus (Über die Sprache und Weisheit der Indier. Ein Beitrag zur Begründung der Altertumskunde, 1808)*. Segundo Câmara Júnior (2006, p. 45), Schlegel era um adepto do Romantismo e “desse movimento de ideias captara o conceito de desenvolvimento orgânico a dominar todo o mundo físico e humano. E aplicou-o à linguagem.”

É interessante que Schlegel não era um linguista, no sentido estrito do termo, como destaca Câmara Júnior (2006, p. 46), mas exerceu uma enorme influência no advento da linguística:

Foi ele o primeiro a empregar o termo “flexão” no estudo linguístico. Queria dizer com isso a capacidade de mudança interna das palavras, que interpretava como resultante de um crescimento orgânico das “raízes”, de que saíam elementos formais como rebentos de uma planta.

Dada a importância da Idade Média e seus aspectos culturais para o Romantismo, o estudo filológico também se estendeu às línguas medievais europeias, sendo o grande pioneiro nessa investigação August von Schlegel, irmão de Friedrich von Schlegel, com a publicação *Observações sobre a língua e a literatura da Provença*, a partir da qual a aplicação do método histórico-comparativo passou a abranger as línguas derivadas do latim (CÂMARA JÚNIOR, 2006, p. 48).

3.2.2 FRANZ BOPP (1791 – 1867)

Em 1816, Franz Bopp apresenta um estudo comparativo dos verbos do sânscrito, grego, latim, persa e as línguas germânicas, estabelecendo “a existência de uma grande família de línguas abrangendo tanto a Europa como a Ásia.” (CÂMARA JÚNIOR, 2006, p. 48). Seu objetivo era descobrir a origem das formas gramaticais, mais explicitamente, era ter uma ideia da língua pré-histórica desaparecida da qual outras línguas deviam ter-se derivado:

Desta maneira, tentou investigar a origem da linguagem, não em premissas filosóficas, como seus antecessores do século XVIII, mas em bases linguísticas, discutindo as formas linguísticas através da comparação e arranjo histórico delas. (CÂMARA JÚNIOR, 2006, p. 49)

Entre 1833 e 1852, Bopp publica uma série de estudos com o título *Gramática comparativa do sânscrito, zend, armênio, latim, lituano, antigo eslavo, gótico e alemão*. Seu estudo comparativo dessas línguas provou a existência de um grupo maior de línguas, que foram designadas como indo-europeias ou indo-germânicas, e “foi decisivo para estabelecer como ciência real a abordagem histórica da linguagem.” (CÂMARA JÚNIOR, 2006, p. 51)

3.2.3 JACOB GRIMM (1785 – 1863)

A partir das línguas germânicas da família descoberta por Bopp, Jacob Grimm avançou no estabelecimento do estudo histórico da linguagem. Sob a influência do Romantismo, seu primeiro livro tratava dos poetas medievais do alto-alemão, da mesma maneira que August Schlegel tratara dos poetas medievais do sul da França. Posteriormente, junto com seu irmão Guilherme, Grimm publicou uma coleção de contos alemães, popular até nossos dias. (CÂMARA JÚNIOR, 2006, p. 52)

Embrenhando-se no estudo da linguagem, escreveu uma gramática comparada das línguas germânicas, que haviam tido um tratamento superficial na gramática comparada de Bopp, a qual abrangia todas as línguas indo-europeias. Conforme ensina Câmara Júnior (2006, p. 53), foi o primeiro linguista a desenvolver um tratamento sistemático da mudança fonética a partir do estudo comparado das línguas germânicas. Sua formulação da mudança consonantal no germânico ficou conhecida como *Lei de Grimm* e seria o ponto de partida para a elaboração do estudo histórico da linguagem em linhas científicas.

3.2.4 FRIEDRICH DIEZ (1794 – 1876)

A partir dos estudos de August von Schlegel sobre a língua e literatura do sul da França, estudiosos acreditavam que essa língua provençal seria a primeira

língua diretamente originária do latim da Idade Média, concluindo que todas as outras línguas românicas fossem delas derivadas. (CÂMARA JÚNIOR, 2006, p. 59)

O estudioso Friedrich Diez percebeu que a busca das raízes linguísticas das línguas românicas no latim clássico era um equívoco histórico-social. Como afirma Cavaliere (2014, p. 119), adotando o método comparativo recém-criado por Bopp e Grimm, Diez investigou a origem das línguas românicas “não nos textos clássicos, cujas formas linguísticas por vezes em muito se distanciavam das formas românicas, mas nas fontes do *sermo vulgaris*, da língua popular em suas numerosas variáveis diatópicas.”

Ressalta, ainda, Cavaliere (2014, p. 119), Diez exerceu especial influência no pensamento gramatical brasileiro e é frequentemente referido como fundador da Filologia Românica, pois seu trabalho na gramática comparada demonstrou que os traços latinos presentes nas línguas românicas se deviam a uma vertente vulgar do latim, afastada do latim literário.

3.2.5 AUGUST SCHLEICHER (1821 – 1868)

Enquanto Bopp e Grimm foram os estudiosos que lançaram os fundamentos da abordagem histórica da linguagem, interligando a linguística à filologia, são os trabalhos de August Schleicher, linguista e estudioso das ciências naturais, que buscaram elevar o estudo da linguagem ao *status* de uma ciência com rigorosas leis de desenvolvimento. (CÂMARA JÚNIOR, 2006, p. 64)

Schleicher não considerava o desenvolvimento da linguagem como histórico, comparava-o ao desenvolvimento de uma planta com leis fixas de crescimento e morte. Segundo Câmara Júnior (2006, p. 65), outros linguistas anteriores a Schleicher já haviam feito a comparação da linguagem a um organismo natural, mas é com Schleicher que se passa de uma comparação vaga para uma interpretação coerente da linguagem como organismo, aplicando à linguagem o conceito de evolução que Darwin desenvolvera nas ciências naturais.

Na obra *Manual de Gramática Comparativa das Línguas Indo-Germânicas*, de 1861, o autor apresenta a classificação das línguas indo-europeias no formato de uma árvore genealógica:

De acordo com a classificação de Schleicher, as línguas nascem de uma língua-mãe, das línguas-ramo nasciam ramos menores e desses ramos menores surge uma bifurcação de dialetos. Finalmente, temos o tronco da árvore – a *Ursprache*, ou a protolíngua indo-germânica. (CÂMARA JÚNIOR, 2006, p. 66)

Na visão de Schleicher, as línguas seriam organismos vivos aos quais, como outros objetos de estudo, é possível atribuir uma classificação científica:

As línguas são organismos naturais que estão além da vontade humana e seguem leis determinadas, nascem, crescem, se desenvolvem, envelhecem e morrem, elas manifestam, portanto, também, essa série de fenômenos que compreendemos habitualmente sob o nome de vida (*apud* PAVEAU e SARFATI, 2012, p. 20, tradução nossa)

O trabalho de Schleicher é considerado, afirma Câmara Júnior (2006, p. 71), o ponto culminante da primeira fase da linguística no século XIX, ao oferecer um tratamento coerente e nítido da gramática comparativa e uma visão da natureza do desenvolvimento da linguagem. Depois dele, a linguística, até então uma ciência confinada à Alemanha, passa a ser estudada e ensinada em outros países da Europa.

Cumprido destacar, finalizando este capítulo, as palavras do historiador Hobsbawm (1977, p. 395), para quem o mérito desses estudiosos foi que, durante essas explorações pioneiras, não somente buscaram estabelecer uma sequência cronológica ou registrar mudanças na evolução das línguas, mas também demonstrar que essa “evolução devia ser explicada por leis gerais da linguística, análogas às leis científicas.”

São essas teses histórico-comparativistas, brevemente apresentadas neste capítulo, que inspiraram as obras produzidas pela geração de gramáticos brasileiros no final do século XIX, entre eles, Ernesto Carneiro Ribeiro, cuja gramática será analisada no próximo capítulo.

4 Análise do prólogo e da introdução dos *Serões Gramaticais*

Neste capítulo serão analisados o Prólogo e a Introdução da obra gramatical de Ernesto Carneiro Ribeiro, *Serões Gramaticais*, objeto principal deste trabalho.

Conforme visto no capítulo anterior, o século XIX foi marcado pela transição da produção das gramáticas gerais para a produção das gramáticas “científicas”. Consoante observação de Cavaliere (2014, p. 30), Carneiro Ribeiro simboliza esse período de mudança, pois, nos seus primeiros trabalhos, segue o modelo teórico racionalista, filiando-se às teses da linguística histórico-comparativa com a publicação dos *Serões gramaticais*.

O objetivo deste capítulo, por meio das análises propostas, é verificar como essas novas correntes teóricas, surgidas a partir do início do século XIX, estão presentes, ou ausentes, na sua obra.

4.1 O autor

Ernesto Carneiro Ribeiro (ECR) nasceu na então vila, hoje cidade, de Itaparica, na Bahia, em 1839, e faleceu em 1920, em Salvador. Transferiu-se para a capital baiana em 1853, onde estudou no Liceu Provincial. Em 1857, ainda preparatoriano, foi convidado a lecionar filosofia no Colégio São João, dada sua aplicação aos estudos e pelo talento invulgar. (LACAZ, 1988)

Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1858 e defendeu sua tese “Relações da medicina com as ciencias philosophicas” em 1864. Já no primeiro ano do curso de medicina, foi convidado pelo Dr. Abílio César Borges, Barão de Macaúbas, a lecionar francês e inglês para as classes elementares do célebre Ginásio Baiano. Foi durante essa época que Rui Barbosa foi seu aluno.

Em 1860, Carneiro Ribeiro concorreu à vaga de francês do Liceu Provincial. Achando-se vaga a cadeira de gramática filosófica do referido liceu, em 1871, concorre juntamente com Guilherme Pereira Rebello e Aristides Cajueiro de Campos. Sendo aprovados com distinção ECR e Pereira Rebello, o presidente da província colocou à sorte o provimento da cátedra, cabendo a Carneiro Ribeiro a

nomeação para o cargo. Lecionou no Liceu por dezenove anos. Fundou o Ginásio Carneiro Ribeiro em 1884.

Em 1902, envolve-se na célebre polêmica com Rui Barbosa a propósito da redação do Código Civil. Conforme citado no Capítulo II, o Projeto do Código Civil fora elaborado por Clóvis Bevilacqua e a comissão da Câmara encarregara Carneiro Ribeiro de revisá-lo “em 4 dias e algumas horas”. Após aprovado na Câmara, o texto do Código foi encaminhado ao Senado, conforme Fávero (inédito):

[...] tendo sido Rui incumbido de sobre ele emitir seu parecer, o que fez em longo e minucioso trabalho, enunciando seu juízo, emendando vários artigos, suprimindo outros, encontrando, como afirmou, erros de concordância, barbarismos, solecismos, pleonasmos, galicismos, cacofonias e outras, pronunciando-se, enfim, acremente contra a redação.

Ernesto Carneiro Ribeiro responde às críticas em setembro de 1902, no trabalho intitulado *Ligeiras observações sobre as emendas do Dr. Rui Barbosa feitas à redação do Projeto do Código Civil*. A resposta de Rui é dada em um volume de 214 páginas, intitulado *Réplica*, publicado em dezembro de 1902. A nova contestação de Carneiro Ribeiro é publicada em 1905, um volume de oitocentas e nove e uma páginas intitulado *Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa*.

Quanto à sua produção linguística, é interessante destacar a alteração nas tendências teóricas do autor. Em 1881, publicou a obra *Gramática Portuguesa Filosófica* em que segue, conforme afirma Ricciardi (2004, p. 124), como faz supor o título, a abordagem da língua “de forma abstrata, centrando seu estudo no sentido das palavras, em sua função e em seu valor lógico”.

Segundo análise de Cavaliere (2012, p. 56):

A leitura da obra de Carneiro Ribeiro revela duas fases bem distintas, a primeira filiada aos cânones racionalistas, a segunda já afeita ao modelo histórico-comparativista. O texto *Origem e filiação da língua portuguesa* (1871) dá a exata dosagem do conflito ideológico que à época nutria o pensamento gramatical de Carneiro Ribeiro. [...], demonstra vitimar-se de um certo confronto ideológico que dá à tese

uma conotação híbrida, mesclada, sem que ali se possa, a rigor, determinar a diretriz efetiva do pensamento linguístico do autor.

Neste momento de sua carreira, acrescenta Cavaliere (2012, p. 57), ECR transita entre as duas escolas díspares, alternando entre a metafísica e o cientificismo no desenvolvimento de seus estudos vernáculos.

Em 1890, com a publicação dos *Serões Gramaticais*, Carneiro Ribeiro segue o modelo histórico-comparativo, conforme pretende-se demonstrar no item seguinte.

É importante destacar, afinal, segundo Ricciardi (2004, p. 125), que “conversas com antigos professores atestaram a importância dos *Serões*: foi obra de consulta em Escolas Normas, de norte a sul”. A autora cita, entre essas escolas, as consagradas Escola Normal do Brás (atual Pe. Anchieta) e a Escola Normal da Praça (atual Caetano de Campos), que abrigaram em seu corpo docente figuras renomadas. A obra mereceu cinco edições, com grande número de exemplares, sendo publicada a 5ª edição em 1950.

A seguir, será apresentado o estudo do prólogo e da introdução dos *Serões Gramaticais*, a fim de analisar se a obra de fato se alinha aos princípios das gramáticas “científicas” do século XIX. Saliente-se, mais uma vez, que a terceira edição, de 1919, foi a última cujo prólogo foi redigido pelo próprio autor, ficando as demais edições sob a responsabilidade de seu filho.

4.2 A obra

4.2.1 PRÓLOGO

No prólogo da primeira edição, já no primeiro parágrafo, o autor deixa evidente que a influência dos estudos da gramática histórica e comparada é a base teórica de sua obra:

O desenvolvimento que nestes últimos anos têm tido os estudos grammaticaes, esclarecidos pela grammatica comparada, levou-nos a compreender este nosso trabalho, que não é senão a grammatica portugueza a que damos uma feição histórica, [...] (p. IX) (grifo nosso)

Carneiro Ribeiro prossegue contestando a validade das gramáticas “que não acompanham as observações sobre historia da lingua em sua evolução progressiva, como um organismo vivo” (p. IX). Afirma, ainda, que esse estudo “é incompleto e repellido para o puro dominio dos estudos abstractos e metaphysicos” (p. IX). Contata-se, portanto, que o autor procura demonstrar sua adesão aos conceitos de língua propostos pelos teóricos alemães e nega a visão abstrata e metafísica característica das gramáticas filosóficas.

No terceiro parágrafo, ECR identifica as gramáticas filosóficas com o lado sombrio das “abstracções, vagas e ociosas”, em contraste com “o campo largo e fecundo da observação, aturada e reflectida, que fornece á sciencia”, e afirma categórico: “Todos os trabalhos grammaticaes de algum merecimento attestam esta nova tendencia no estudo da grammatica.” (p. IX)

No parágrafo seguinte, ECR cita a influência da gramática de Frederico Diez para o estudo do português e de todas as línguas românicas, e acrescenta uma lista de autores na mesma linha, “a grammatica historica de Brachet, em França, os estudos criteriosos de Adolpho Coelho, em Portugal, e no Brazil, os estudos de Pacheco Junior e a nova grammatica portugueza de João Ribeiro”, asseverando que são exemplos da nova direcção de estudos com base no “concreto e real”, em oposição ao “domínio exclusivo do abstracto” (p. IX).

Na sequência, Carneiro Ribeiro continua apontando essas “duas direcções diferentes” que os escritores têm dado ao estudo da ciência da linguagem: de um lado as gramáticas filosóficas baseadas no sentido da palavra e que seriam “uma sciencia puramente abstracta, como é a logica, a que se vincula intimamente e com que se confunde”; de outro lado, as gramáticas com base nos elementos mórficos das palavras, considerando seu aspecto material:

[...]; a grammatica então se torna uma especie de anatomia ou histologia: estudam-se as palavras como compostas de *órgãos*, estudam-se, para nos exprimirmos assim, os *tecidos* desses *órgãos*, os *elementos* desses tecidos, como nascem e vivem, como crescem, proliferam e definham, se encorpam e se apoucam, se engrazam e separam, se modificam, se transformam, estacionam, envelhecem e remoçam, apparecem e morrem.

O grammatico não é já um lógico, senão um naturalista. (p. X)

Verifica-se, assim, que o autor procura, claramente, alinhar sua gramática às propostas doutrinárias da teoria linguística das escolas científicas europeias, presentes principalmente nas ideias de Franz Bopp, Jacob Grimm e August Schleicher. ECR salienta, ainda, que a direção das gramáticas filosóficas foi estudada por muitos séculos desde as gramáticas dos gregos e romanos e que a direção “científica” é a que se segue modernamente.

É interessante que, após destacar essas oposições antagônicas presentes nos estudos gramaticais, ECR procura reconciliar as duas correntes:

O verdadeiro estudo da grammatica historica, como de qualquer grammatica especial, não é perfeito, se essas duas direcções se reputam incompatíveis, antagonicas e inconciliáveis, se não se aproximam, auxiliando-se, completando-se, robustecendo-se, amalgamando-se e fundido-se, encontrando uma na outra a base em que se levanta e sustenta. (p. X)

Essa visão de ECR, ao final do século XIX, vai ao encontro das ideias vigentes hoje nos modelos de investigação em historiografia linguística, conforme nos ensina Cavaliere (2015), citando Konrad Koerner, segundo as quais quando uma certa corrente teórica está em evidência outras correntes, sejam mais antigas ou mais recentes, permanecem em vigor, embora em plano secundário, numa permanente coexistência.

Carneiro Ribeiro finaliza o prólogo da 1ª edição com a explicação do porquê do nome *Serões*: “Ihes chamamos nós, porque, na vida trabalhada e afanosa que levamos, só em horas difícil e penosamente subtraídas ao repouso é que os traçamos e escrevemos” (p. XI). Frisa que a obra *Serões* pretendia ser um resumo dos trabalhos modernos mais importantes sobre o assunto.

Ademais, sublinha a pretensão de empregar um caráter de “utilidade” a sua obra, qual seja, que a publicação renda frutos à “mocidade, a cuja instrução temos dedicado a maior parte de nossa obscura existência.” (p. XI)

Orlandi (2013a, p. 145) salienta esta característica no processo de gramatização brasileira: no final do século XIX, com as instituições escolares organizadas, começaram a aparecer as primeiras gramáticas de professores de colégios, especialmente no eixo São Paulo – Rio de Janeiro:

Júlio Ribeiro (1881). *Gramática portuguesa*, Colégio Culto à Ciência, Campinas, São Paulo.

João Ribeiro (1887). *Gramática portuguesa*, Colégio Pedro II (professor de História), Rio de Janeiro.

Maximino Maciel (1887). *Gramática analítica (Descritiva)*, Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Pacheco Silva e Lameira de Andrade (1887). *Gramática da língua portuguesa* (para uso dos ginásios, liceus e escolas normais), no Rio de Janeiro.

Eduardo Carlos Pereira (1907). *Gramática Expositiva*, Ginásio Oficial, São Paulo.

Essas gramáticas do final do século XIX e início do século XX, aponta Orlandi (2013a, p. 147), têm em comum a busca de se estabelecerem: “a) como construção de uma posição teórico-metodológica; b) como artefato de ensino; como artefato normativo; c) como artefato de descrição.”

Constata-se, portanto, a legítima preocupação de Carneiro Ribeiro, professor em diversas instituições educacionais em Salvador ao longo da carreira, de moldar sua obra gramatical com um caráter utilitário no sentido que fosse um instrumento de ensino-aprendizagem para seus estudantes. Além de apresentar as vertentes teóricas dominantes no período, as gramáticas, em consonância com o pensamento da época, deveriam servir como objeto de ensino.

Partindo para o prólogo da terceira edição, objeto deste trabalho, ECR descreve as alterações realizadas em todos os capítulos, “augmentados e refundidos em todas as suas partes, de tal feitio que constituem antes uma obra nova do que uma nova edição propriamente dita”, com base no desenvolvimento dos estudos “attinentes a assumptos da lingua [...] esclarecidas pela historia” (p. XIII).

É interessante destacar a menção que o autor faz à reforma ortográfica brasileira de 1915:

Na orthographia não julgamos ainda de bom aviso seguir a reforma radical, a que metteu mãos a Academia Brasileira de Lettras, que exagera, a nosso parecer, as vantagens do systema fonético, sem lhe rastrear e apontar os defeitos.

[...]

Esperemos, pois, a sancção do uso, que em coisas de linguagem é soberano dictador, sobrepondo-se não raramente aos avisos e sugestões reflectidas da razão. (p. XIII-XIV)

Note-se como a reforma ortográfica sempre causou discussões em torno das mudanças propostas, tal qual acontece hoje com a reforma de 1990, que entrou em vigor definitivamente no Brasil em 2016 ainda sendo alvo de diversas opiniões contrárias a sua adoção.

A visão de ECR quanto à “sancção de uso” não poderia deixar de ser ressaltada, dada sua consonância com o que se prega atualmente nas questões linguísticas, demonstrando que o autor possuía um pensamento avançado da linguagem.

No plano organizacional, descreve as alterações introduzidas na terceira edição de sua obra, com destaque para:

- a) maior desenvolvimento da morfologia, na parte concernente à lexicologia, com um aprofundamento no conhecimento dos prefixos e sufixos dos vocábulos, pois “esses elementos formativos semelham, no organismo das línguas, os orgaos nos seres vivos, com seus tecidos e elementos anatômicos, que constituem a trama, a estrutura intima desses tecidos” (p. XIV);
- b) novo capítulo dedicado ao esboço histórico da língua portuguesa, “desde a sua elaboração até os nossos dias dando-se ligeira noticia dos mais notáveis escriptores, antigos e modernos” (p. XIV);
- c) novo capítulo “referente á classificação das línguas, onde se assignala o grupo em que ele se filia” (p. XIV);
- d) novo capítulo que trata das variações de sentido das palavras: a semântica que “têm hoje em dia attrahido a atenção dos glottologos e grammaticos, os quaes lhe vão reservando lugar distincto nas obras grammaticaes”. No tocante à semântica, destaca a importância de não omitir em sua obra os “vários sentidos que se vão adaptando aos vocabulos da lingua em sua crescente mobilidade, como expoentes do estado social que traduzem” (p. XIV);
- e) quanto à sintaxe, destaca o capítulo sobre a “analyse logica, já de concerto com a terminologia dos grammaticos ingleses, já com a dos francezes” (p. XV).

Essas alterações promovidas por ECR demonstram o alinhamento do autor aos preceitos das gramáticas científicas em oposição à típica divisão quádrupla preconizada pelos gramáticos racionalistas desde o período medieval: etimologia, ortografia, prosódia e sintaxe. (CAVALIERE, 2014, p. 54), o que será objeto de análise no item 4.2.2.

Ao encerrar o prólogo da terceira edição, Carneiro Ribeiro cita as fontes que “nos forneceram valiosos subsidios para a traça e feitura desta nossa obra”, especialmente nas alterações incluídas na terceira edição, tópico que será retomado no próximo item:

Á nossa pratica de longos anos de estudos vieram ajuntar-se em ampla contribuição os trabalhos glottologos e grammaticaes de Bopp, Diez, W. Meyer-Lübke, A. Maury, Gaston Paris, S. Reinach, Darmesteter, A. Hovelacque, Max Müller, Michel Bréal, Delon, Brachet, Brunot, Ayer, H. Torres y Gomez, R. de Vasconcelloz, Gonçalves Vianna, Julio Moreira, J. Leite de Vasconcellos, C. de Figueiredo, João Ribeiro, Adolpho Coelho, que nos offereceram copiosos materiaes para a remodelação desta nossa obra. (p. XV)

4.2.2 INTRODUÇÃO

No capítulo introdutório, Ernesto Carneiro Ribeiro define gramática, de modo teórico, como “a sciencia da linguagem: é seu objeto o estudo das leis ou normas segundo as quaes se exprime o pensamento pela linguagem, quer escripta, quer fallada.” Já no aspecto prático, define-a como “a arte da linguagem” (p. 1).

Sua primeira definição demonstra a busca do autor em imprimir as orientações fornecidas pela vertente “científica” dos estudos linguísticos, por meio, especialmente, do uso dos termos ciência, normas e leis. (FÁVERO e MOLINA, 2006, p. 177)

Note-se, ainda, a modernidade da definição ao referir-se à questão do estudo da linguagem falada, ao passo que, na segunda definição, ao relacionar a gramática com a arte, percebe-se ainda a existência da herança da conceituação do modelo greco-latino: Dionísio chamou sua obra de arte gramatical, por não ser especulativa, mas prática. (FÁVERO, 2001 *apud* FÁVERO e MOLINA, 2006, p. 179)

A influência das teorias racionalistas apresenta-se também nas citações a seguir, em que ECR divide a gramática em geral, particular, comparada ou histórica, assim definidas:

A **gramática geral** tem por assumpto os principios universaes e invariáveis da linguagem; estuda os factos, as leis reguladoras da linguagem na sua maior amplitude.

A **particular** restringe o estudo dos factos ou leis da linguagem a uma só lingua, fazendo applicação dos principios, que são o objeto da grammatica geral, aos usos, ás instituições mais ou menos arbitrarías da lingua ou idioma, que especialmente estudamos.

[...]

A **grammatica comparada** estuda os idiomas investigando-lhe as analogias e semelhanças, as feições e ademanes particulares, comparando-lhes os factos, as transformações, a filiação, o desenvolvimento e evolução histórica. Esta recebe também a denominação de *historica*, porque se não podem comparar dois ou mais idiomas sem os acompanhar em seu desenvolvimento historico.

(p. 3)

Adiante, Carneiro Ribeiro apresenta a definição de “gramática portuguesa”:

Grammatica portugueza é a disciplina ou arte de ler, falar e escrever correctamente a lingua portugueza. Seu objeto é o estudo methodico dos factos da linguagem e das leis a que esses factos obedecem, no que respeita á nossa lingua. (p. 4) (grifo nosso)

Na mesma definição há a conceituação dos teóricos do método histórico-evolutivo – estudo metódico dos fatos da linguagem –, ao lado da orientação presente nos compêndios gramaticais desde a idade média: a arte de ler, falar e escrever corretamente. Explica Cavalieri (2000, p.60) que ECR pisava alternativamente entre as duas escolas – a filosófica e a “científica”, buscando em ambas “os fundamentos necessários para desenvolver seus estudos vernáculos.”

Na visão de ECR, nas gramáticas particulares – como no caso da sua obra, a gramática portuguesa –, devem coexistir os dois modelos teóricos: o geral e o histórico, criticando aqueles autores que seguem somente um modelo:

A tendência que actualmente se manifesta em todos os grammaticos a darem ao estudo dessa disciplina uma feição historica, tem levado alguns modernos, e entre outros Ferdinand Brunot, a criticar a definição tradicional da grammatica *a arte de fallar e escrever correctamente uma lingua*, julgando-a inexacta e por demais modesta; [...] (p. 4)

Segundo Carneiro Ribeiro, Ferdinand Brunot em sua *Grammatica Franceza* preceitua que não se deveria ensinar apenas o francês atual, seria necessário que a gramática fosse histórica, a fim de permitir a compreensão da “lingua de nossos pais e apreciar as obras de todos os nossos escriptores, por velhos de muitos séculos que sejam.” (p. 4)

ECR não nega a importância de imprimir à gramática particular a feição histórica “que lhe dão modernamente”, mas insiste que não se deve abandonar a ideia de a gramática ser a “*disciplina ou arte de ler, falar e escrever correctamente*” (p. 5), justificando que tal definição em nada se oporia aos estudos histórico-comparativos. Contudo, portanto, que Carneiro Ribeiro esforça-se para introduzir os princípios característicos das gramáticas “científicas”, mas reluta em abandonar sua herança racionalista, configurando um ponto de vista paradoxal.

Após conceituar a gramática, prossegue o autor apresentando as quatro partes em que se divide sua obra e o que deve ser estudado em cada uma delas:

Phonologia é a parte da grammatica que estuda os sons da lingua, suas modificações e transformações.

Orthographia é a que tem por objeto a representação dos sons por meio de caracteres gráficos ou letras. É esta parte um complemento da *Phonologia*.

Lexicologia chama-se a parte que trata das palavras consideradas em relação ao seu valor, á sua etymologia, á sua classificação, ás suas formas ou inflexões grammaticas.

A *lexicologia* recebe a denominação de **morfologia**, quando estuda a

palavra considerada em suas formas e estrutura.

Syntaxe ou **Phraseologia** diz-se a que trata da proposição e da frase, das relações que as palavras e as proposições têm entre si, de seu concerto e construção. (p. 5)

Retomando a questão já abordada no item 4.2.1, verifica-se que ECR não segue a divisão clássica das gramáticas gerais, herança da Idade Média, em quatro partes: etimologia, ortografia, prosódia e sintaxe.

Favero e Molina (2006, p. 131) destacam que, no Brasil, a *Gramática portuguesa* (1881), de Julio Ribeiro, foi a primeira obra gramatical estruturada na bipartição lexicologia-sintaxe importada dos compêndios vernáculos do inglês, sobretudo de Mason e Bain. As autoras justificam que, na segunda metade do século XIX, o centro da pesquisa é a palavra, por isso o abandono da tradicional partição das gramáticas gerais.

A divisão da obra de Carneiro Ribeiro demonstra sua busca em centrar os seus estudos na palavra. Ao analisar as páginas dedicadas a cada uma das partes, verifica-se que a fonologia ocupou 8% da gramática; a ortografia, 2%, a lexicologia, 54% e a sintaxe, 36%.

Embora utilize duas partes para tratar do assunto, o autor considera a ortografia como complemento da fonologia e reserva ao estudo dos “sons constitutivos das palavras, suas modificações e transformações e modo de represental-os” (p. 5) apenas 10% de sua gramática.

O foco da obra de ECR concentra-se, de fato, na lexicologia, para a qual o autor apresentou a maioria das alterações promovidas na terceira edição, já descritas anteriormente no item 4.2.2. Dessas alterações acrescentadas pelo autor (subitens de “a” a “e”, retrocitados), os itens “a”, “b”, “c” e “d” tratam de matérias que foram agrupadas por ECR na parte relativa à lexicologia, com especial destaque para a morfologia, a etimologia e a semântica.

Contata-se, portanto, que Carneiro Ribeiro, na esteira do pensamento histórico-comparativista, imprime ao seu estudo uma particular atenção à palavra isolada que, para o autor, são “os elementos que entram no quadro do pensamento ou no discurso e as formas diversas que esses elementos revestem.” (p. 5)

Merece também destaque a sintaxe, ocupando 36% de sua obra. As palavras combinadas são consideradas por ECR como objeto fundamental que deve

ser estudado em uma gramática e as define como “as formas diversas que esses elementos revestem; as variadas combinações, o concerto e as relações desses mesmos elementos para tecer o discurso.” (p. 5)

A parte introdutória de *Serões Gramaticais* é finalizada com seu autor apontando os teóricos do método histórico-comparativo:

Dahi uma serie de progressos e conquistas da sciencia grammatical, a que imprimiram os sellos de seu engenho Schlegel, Bopp, Pott, Jacob Grimm, Maury, Benfey, Burnouf, Diez, Max Müller, Bréal, Littré, Brachet, Clédat, Brunot, Suchier, Meyer Lübke, Gaston Paris, Paul Regnaud, Darmesteter, Carolina Michaëlis, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, Gonçalves Vianna, Ribeiro de Vasconcelloz, João Ribeiro e tantos outros, que deram uma feição inteiramente nova aos estudos grammaticaes, ampliando-lhes os fundamentos, fazendo irradiar muita luz em todos os factos da sciencia da linguagem. (p. 7)

No que tange à questão das fontes dos gramáticos brasileiros do período “científico”, esclarece Cavalieri (2014, p. 82) que o aparato teórico dessa fase revelava “fontes bem definidas, não obstante diversificadas”, ressaltando que frequentemente são citados os grandes nomes da gramática histórico-comparativa, entretanto, ao mesmo tempo, são apontados “outros que gozavam da predileção de nossos filólogos, sem contudo desfrutar de tal conceito em sua própria terra.”

Cavalieri (2014, p. 82) cita o exemplo de Ernesto Carneiro Ribeiro, no trecho acima transcrito, que relaciona na mesma lista formadores de paradigma na linguística europeia, caso de Friedrich von Schlegel, Franz Bopp e Jacob Grimm, ao lado de outros igualmente importantes, como Friedrich Diez, Max Müller, Michel Bréal, Arsène Darmesteter e Adolfo Coelho,

[...] além de vários vernaculistas que, não obstante estivessem num plano secundário, gozavam de imenso prestígio entre nós, exatamente por que seu trabalho servia como “ponte” para o conhecimento das novas doutrinas [...]

Para entender essa preferência dos filólogos brasileiros pela leitura de textos vernáculos, dois fatores são apontados por Cavaliere (2014, p. 81):

- I. a dificuldade para ler textos em alemão, justamente a língua original dos doutrinadores mais expressivos, embora houvesse uma razoável disponibilidade de textos traduzidos para o inglês ou para o francês;
- II. a maior facilidade que se confere ao pesquisador quando absorve a tese doutrinária já aplicada a um dado sistema linguístico.

Pode-se especular, assim, que ECR, tal qual outros gramáticos dessa época, apesar de citar grandes nomes da linguística europeia, poderia ter tomado ciência dessas doutrinas por meio de outros autores e não pelos trabalhos originais, ou seja, a fonte bibliográfica inspiradora dos textos brasileiros desse período seria de caráter secundário.

Da análise feita dos Prólogos e da Introdução dos *Serões Gramaticais*, concluiu-se que Ernesto Carneiro Ribeiro, a exemplo de outros estudiosos brasileiros do final do século XIX, teve seus estudos influenciados pelo modelo histórico-comparativo, conforme vimos claramente em seus diversos apontamentos das fontes que o inspiraram. Embora tenha aderido a essa linha teórica produzida sob orientação das correntes científicas, ECR não se desliga completamente da herança racionalista e permanece seguindo preceitos da gramática geral e filosófica, sintetizados no conceito de ensinar “*a arte de falar e escrever correctamente*”.

Conclusão

Ao finalizar, faz-se necessário retomarmos os aspectos estudados a fim de apresentarmos os resultados obtidos nesta pesquisa, a qual buscou investigar em qual medida a obra gramatical *Serões Gramaticais*, de Ernesto Carneiro Ribeiro, representou, de fato, uma adesão do autor aos preceitos da corrente histórico-comparativa.

O primeiro capítulo tratou da fundamentação teórica e apresentou os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, os quais serviram de suporte para o desenvolvimento deste estudo. Sendo uma disciplina resultante da interdisciplinaridade entre a História e a Linguística, foi essencial a compreensão das transformações dos saberes linguísticos como fenômenos culturais que são produtos históricos.

O contexto histórico da passagem do século XIX para o XX, momento da produção dos *Serões Gramaticais*, foi apresentado no segundo capítulo. Entender as mudanças que afetaram o mundo e o Brasil durante essas décadas mostrou-se fundamental para a análise da obra, visto que uma gramática é um objeto cultural de sua época.

A importância de compreender o panorama do ambiente cultural brasileiro, levou-nos a estudar as discussões públicas ocorridas no período em torno de questões da linguagem, seus padrões cultos e eruditos. Entre as querelas apresentadas no segundo capítulo, destacou-se a polêmica linguística travada entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a redação do Código Civil Brasileiro.

O terceiro capítulo destinou-se a apresentar o referencial teórico dos modelos linguísticos surgidos ao longo do século XIX. Esse período, em que foi escrita a primeira edição dos *Serões*, foi marcado pela introdução de novas concepções linguísticas, inspiradas em novas correntes como a evolucionista e positivista. Verificou-se que essas novas concepções romperam com a tradição teórica racionalista das gramáticas gerais e filosóficas, influenciando o surgimento das gramáticas histórico-comparativas.

O último capítulo analisou os Prólogos da primeira e terceira edição, bem como a Introdução da obra gramatical de Ernesto Carneiro Ribeiro. Desta análise,

concluiu-se que Carneiro Ribeiro simboliza esse período de transição na tradição gramatical brasileira, pois, embora procure afirmar sua filiação às teses da linguística histórico-comparativa, o autor ainda permanece seguindo preceitos da gramática geral e filosófica.

Verificamos que Carneiro Ribeiro demonstra a intenção de aplicar os princípios linguísticos do método histórico-comparativo. O autor cita a influência de teóricos do período, bem como afirma que o gramático é um naturalista que deve estudar as palavras como compostas de órgãos e tecidos, seres que nascem, crescem, proliferam, definham e morrem. Além disso, na organização da sua obra Carneiro Ribeiro rompe com o modelo das gramáticas gerais – prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia – e adota a divisão em fonologia, ortografia, lexicologia e sintaxe.

No entanto, ECR procura, ao mesmo tempo, conciliar essas novas propostas linguísticas com as vigentes até então. O autor insiste em não se desligar completamente da herança das gramáticas gerais e filosóficas, permanecendo fiel aos preceitos sintetizados no conceito de ensinar “*a arte de falar e escrever correctamente*”. Concluímos, portanto, que esse conceito seguido na obra de Carneiro Ribeiro está em contradição com o que preceitua os princípios das gramáticas “científicas”, segundo os quais a gramática é conceituada como a exposição metódica dos fatos da linguagem e não mais como o fazer leis e regras para o bom uso da linguagem.

Por fim, deve-se considerar que a análise do Prólogo e da Introdução representou uma pequena amostra, não esgotando o estudo da obra *Serões Gramaticais*. A análise resultante da presente pesquisa sinaliza a necessidade de investigações aprofundadas da obra em futuro estudo, a fim de verificarmos se as contradições constatadas entre os conceitos gramaticais seguidos por Ernesto Carneiro Ribeiro também se refletem na construção da obra.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BASTOS, Neusa Barbosa. **Língua Portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários**. São Paulo: Educ, 2012.

_____. **Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional**. São Paulo: Educ, 2010.

_____. **Língua Portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural**. São Paulo: Educ, 2008.

_____. **O papel do professor no ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: IP/PUC-SP, coedição de Selinunte Editora, 1987.

BECHARA, Evanildo. **Ensino de gramática: opressão? liberdade?** 12. ed. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George (org.) **Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil 1850 – 1950**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **História da Linguística**. Tradução Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CAVALIERE, Ricardo. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

_____. Afinal, que é gramática tradicional? In: CICLO DE CONFERÊNCIAS, 9, 2015, Rio de Janeiro. **A Academia e a língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/videos/ciclo-de-conferencias/afinal-que-e-gramatica-tradicional>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

_____. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Niterói: EdUFF, 2000.

_____. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. **Limite: revista de estudios portugueses y de la lusofonía**. Cáceres, n. 6, p. 217-236, 2012. Disponível em: <<http://www.revistalimite.es/volumen%206/11cava.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

_____. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Confluência**. Rio de Janeiro, n. 23, p. 102-120, 2002. Disponível em: <<http://llp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1456.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006.

_____. História das ideias linguísticas: origem, método e limitações. **Revista ANPOLL**, São Paulo, v. 16, p. 131-146, 2004.

_____. **O século XIX e as principais manifestações sobre a língua falada no Brasil**. Inédito.

FERRAREZI JÚNIOR, Celso. **Guia do trabalho científico: do projeto à redação final**. São Paulo: Contexto, 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GOMES, Orlando. **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **A era do capital: 1848-1875**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KOERNER, Konrad. Linguística e filologia: o eterno debate. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n.1, p. 7-20, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59642/62738>> Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista ANPOLL**, n. 2, p. 47-70, 1996.

LACAZ, Carlos da S.; MARTINS, Ricardo L. O médico e o filólogo baiano Ernesto Carneiro Ribeiro (1839 – 1920). **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 22 dez. 1988, p. 43. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19881222-34918-nac-0043-999-43-not>> Acesso em: 30 nov. 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

_____. **Que gramática estudar na escola?: norma e uso na Língua Portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **O que é linguística**. 4 reimpr. da 2. ed. de 2009. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Primeiros Passos; 184)

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **Les grandes théories de la linguistique: de la grammaire comparée à la pragmatique**. [S.l.]: Armand Colin, 2012.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões Grammaticaes**. 3. ed. Bahia: Catilina, 1919 [1890].

RICCIARDI, Maria Laura Pinheiro. Segunda metade do século XIX: da apoteose do sentimento à anatomia da língua. In: BASTOS, Neusa Barbosa. **História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p. 117-139.

RODRIGUES, Ana Lucia. **Serões gramaticais: a gramática "científica" de Ernesto Carneiro Ribeiro**. São Paulo: PUCSP, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp095978.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2015.

RODRIGUES, Ivelaine de Jesus. **A modernidade na sintaxe da Grammatica Analytica de Maximino Maciel**. São Paulo: PUCSP, 2014. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=17275>. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, Alexandre José da. **Descontinuum e continuum gramatical: um estudo descritivo-analítico da Gramática Metódica da Língua Portuguesa de Napoleão Mendes de Almeida**. São Paulo: PUCSP, 2014. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=17308>. Acesso em: 20 out. 2015.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Tradução Ricardo Cavaliere. **Confluência: Revista do Liceu Literário Português**. Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 1. e 2. semestres de 2013. Disponível em: <<http://llp.bibliopolis.info/confluencia/wp/edpdf/44-45.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2015.

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa**. Tradução Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.